

**UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ANA LUISA ASSIS DE BRITO DA COSTA

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ANA LUISA ASSIS DE BRITO DA COSTA

Sob a Orientação da Professora
Dra. Fabrícia Vellasquez Paiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ
Julho de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837s COSTA, Ana Luisa Assis de Brito da, 2000-
Serviço Social e Questão Social na educação pública
/ Ana Luisa Assis de Brito da COSTA. - Seropédica,
2023.
47 f.

Orientadora: Fabrícia Vellasquez PAIVA. Trabalho
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

1. Educação Pública. 2. Questão Social. 3. Políticas
Sociais. 4. Serviço Social. I. PAIVA, Fabrícia
Vellasquez, 1981-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Serviço Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 3024 / 2023 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.051749/2023-42

Seropédica-RJ, 07 de agosto de 2023.

Ana Luisa Assis de Brito da Costa

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 28 de julho de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Fabrícia Vellasquez Paiva
Orientadora - presidenta (DTPE/UFRRJ)

Profa. Dra. Simone da Cunha Tourino Barros
Membro externo (SUPIDOSO/SEDSODH)

Profa. Dra. Carmen Oliveira Frade
Membro interno (DEDH/UFRRJ)

(Assinado digitalmente em 07/08/2023 14:14)
CARMEN OLIVEIRA FRADE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 4206731

(Assinado digitalmente em 07/08/2023 17:47)
FABRICIA VELLASQUEZ PAIVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1794153

(Assinado digitalmente em 07/08/2023 21:51)
SIMONE DA CUNHA TOURINO BARROS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 044.816.017-01

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **3024**, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **07/08/2023** e o código

Dedico esse trabalho a minha mãe, Alessandra, a principal responsável por todas as minhas conquistas e quem sempre me guiou no caminho da educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus por ter me entregue a minha mãe. Uma vez eu li uma frase em que dizia “a mão da minha mãe é a mão que Deus usa para cuidar de mim” e nada nunca fez tanto sentido na minha vida. Desde sempre me apoiando, me acompanhando e segurando a minha mão em todos os meus passos, em todas as minhas fases. Absolutamente nada eu seria se não fosse pelo amor da minha mãe. É como um dia eu cantei em uma apresentação de dia das mães da escola e nunca mais me esqueci: “Louvado seja Deus porque você é minha mãe!”. Obrigada por tudo!

Outra pessoa que Deus colocou na minha vida, pois sabia que eu precisava, é o meu irmão André Lucas. Agradeço pelo seu significado na minha vida, e por mesmo sendo mais novo que eu, como um bom ariano, estimular em mim o espírito de competitividade e de conquista. Obrigada, “meu bebê”!

Quero agradecer também aos meus avós e padrinhos, Aníria e Gentil, que infelizmente não estão mais aqui presentes no mundo carnal para acompanhar minha conquista, mas sempre estarão no “ranking” das pessoas mais importantes e influentes da minha vida. Os agradeço pela vida da minha mãe e por sempre terem me tratado com tanto amor, carinho, zelo e consideração. Muito do que eu sou e tenho hoje, é resultado do que eles foram em vida. Obrigada!

Sou grata as minhas sete tias, Selma, Sonia, Celia, Silvia, Sirlene, Aniria e Eliana por sempre me abraçarem como uma bonequinha de porcelana. Elas que sempre cuidaram tão bem de mim e por toda minha vida me cobriram com tantos elogios, que de certa forma construíram minha autoestima, para hoje eu pense que sou capaz de conquistar tudo o que eu quiser. Como diz a cantora Clarice Falcão, “se não fossem as minhas tias com todos os mimos, não seria eu!”. Obrigada!

Jamais poderia deixar de agradecer com um super “plus” a minha amiga ruralina Julyana. Ela que foi o maior presente que a graduação me deu, que esteve comigo desde o início do curso e juntas passamos por muitas situações boas e ruins. Incrível como a gente sempre passa pelos mesmos sufocos na vida, principalmente agora na reta final, né? Houve momentos em que eu queria desabafar e pensava automaticamente “a única pessoa que irá me entender é a Julyana”. Muito minha gêmea! Sou muitíssimo grata a Deus por ter usado a sua luz

para me iluminar durante esses quase cinco anos de Rural. Obrigada, assistente social!

O meu muito obrigada vai também a minha melhor amiga, Jamile, que está comigo há dez anos e juntas compartilhamos ao mesmo tempo a alegria que foi entrar para uma universidade federal, em 2018. Eu na UFRuralRJ e ela na UFRJ. Obrigada por ser a melhor amiga que eu poderia ter e por isso ter até mesmo aprendido termos do Serviço Social, de tanto me ouvir falar sobre o meu curso. Obrigada, oposta complementar!

Agradeço ao meu namorado, João Vitor, por sempre que eu falava “preciso terminar o tcc, socorro”, ele perguntar se eu queria ajuda. Obrigada por ser um ótimo companheiro de vida e me dar a confiança de que eu posso contar com você sempre. Obrigada, amore!

Quero agradecer as minhas companheiras de estágio Amanda, Isabela, Juliana e Shayanne, por juntas termos concluído uma fase tão importante da graduação. Por vezes eu ficava apreensiva com o desconhecido que era o estágio e por ter elas ali no mesmo barco que eu, ficava mais tranquila e confiante. Obrigada, meninas!

Agradeço a minha orientadora e também supervisora de campo no estágio, Fabrícia, por ter aceitado me orientar neste trabalho que foi o maior e mais desafiador da minha vida até então. Obrigada por todo suporte e gentileza em ambas as atividades que pude contar com sua orientação!

Todo meu reconhecimento a todo o corpo docente do curso de Serviço Social da UFRRJ, por todo compromisso e responsabilidade com o curso. Obrigada!

Gratidão a toda equipe da coordenação do curso de Serviço Social, com ênfase, à Daiane, por ser uma excelente profissional. Sempre pronta a resolver todas as questões que solicitei ajuda ao longo do curso muito rapidamente. Ela com certeza é uma das melhores que temos dentro do Serviço Social da Rural. Obrigada!

À banca examinadora, composta por Carmen Frade, Fabrícia Vellasquez e Simone Tourino, que prontamente se dispuseram para acompanhar o meu trabalho de conclusão de curso. Obrigada!

Quero agradecer a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, esta que sempre foi uns dos maiores sonhos da minha vida e que agora me despeço dela com muita felicidade. Obrigada pela educação pública e de qualidade! E que

continue a ser sempre um símbolo de resistência, para que as gerações futuras também possam usufruir de sua beleza e qualidade de ensino. Obrigada!

E por último, mas não menos importante, agradeço a mim mesma. Por mesmo com tantos desafios ao longo do curso, e principalmente agora na reta final, nunca ter “deixado a peteca cair”. Agradeço pela minha força e pela responsabilidade com o meu futuro neste quesito.

Mas sem Ele essa minha versão não seria possível, além de nada do que citei acima. Por isso, “Tudo é do Pai, toda honra e toda glória, é dele a vitória alcançada em minha vida”. Muito obrigada, Deus!

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire.

RESUMO

Tendo em vista o papel transformador da educação para a sociedade, esse trabalho acadêmico visa abordar as expressões da questão social que venham a atrapalhar este processo tão importante para o país, sobretudo, tratando da educação pública. O trabalho aborda a história da educação no Brasil, o conceito de questão social, bem como as políticas sociais tão essenciais nesse processo. Considerando que a questão social é o principal objeto de trabalho do e da profissional de Serviço Social, a profissão também é apontada no laborado como sendo fundamental para estratégias de combate à esta problemática.

Palavras-chave: Educação Pública; Questão Social; Políticas Sociais; Serviço Social.

ABSTRACT

Bearing in mind the transforming role of education for society, this academic work aims to approach the expressions of the social question that come to disturb this process that is so important for the country, especially, dealing with public education. The work addresses the history of education in Brazil, the concept of the social question, as well as the social policies that are so essential in this process. Considering that the social issue is the main object of work of the Social Work professional, the profession is also pointed out in the work as being fundamental for strategies to combat this problem.

Keywords: Public education; Social Issues; Social Policies; Social Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LBA –Legião Brasileira de Assistência

LDB –Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE.....	17
2.1	A história das ideias pedagógicas no Brasil.....	17
2.2	A educação escolar no Brasil é de fato democrática?	24
3	A QUESTÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	29
4	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	35
4.1	A história do Serviço Social na educação escolar	35
4.2	Subsídios para a atuação do Serviço Social nas escolas.....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como temática: O Serviço Social e a Questão Social na educação pública. A pesquisa que ora se apresenta, tem como tema central as problemáticas que contornam a educação pública, principal objeto de trabalho dos e das assistentes sociais. Fazendo-se de grande relevância social, ao passo em que aborda um tema de importância geral, principalmente, envolvendo os mais pobres. É importante salientar que a educação pública não conta apenas com pessoas de baixa renda, mas que as pessoas de baixa renda, no geral, contam com a escola pública.

Como se trata de um trabalho de conclusão do curso de Serviço Social, a educação apresenta-se como mecanismo raiz para diminuir as mais diversas disparidades sociais. Principalmente tratando-se da educação escolar pública, que atinge principalmente as classes mais vulneráveis economicamente. Para tanto, analisar a raiz histórica das ideias pedagógicas, suas principais problemáticas e controversas, mostra-se de grande valor para seguir o caminho de atingir uma educação mais plena, de qualidade e principalmente democrática, onde todos tenham as mesmas oportunidades, com suas particularidades sendo levadas em consideração.

A gênese do tema deu-se, em parte, pelo contexto em que fui criada. Minha família sempre foi muito ligada a educação, tendo em vista que meus pais são professores da rede pública, bem como todas as minhas sete tias maternas. A respeito da análise da escola pública, resolvi fazer esse recorte pois foi a partir da escola em que minha mãe trabalha que tive a minha primeira percepção sobre as expressões da questão social que permeiam a educação. Este contato ocorreu, pois desde antes do meu nascimento minha mãe leciona na referida escola, sempre compartilhando em nosso convívio familiar suas experiências. Dentre esses relatos, a maioria me estarrecia desde muito nova, por injustiças sociais, principalmente, e me faziam pensar em caminhos para mudar aquela realidade.

Quando entrei para o Serviço Social, me deparei com o termo “expressões da questão social” já nas primeiras aulas, que é justamente o objeto de trabalho dos e das assistentes sociais. E foi neste meu primeiro contato com o curso, que imediatamente associei o Serviço Social as questões que por toda minha vida ouvi

minha mãe falar. Neste momento, eu já sabia que a atuação da profissão na minha vida pendia para o lado educacional e que finalmente eu poderia entender mais amplamente os caminhos para que a educação se torne mais plena.

Para além, diante de todas as expressões da questão social que eu pude aprender nesses anos como universitária, tudo, ou sua grande maioria, sempre me levou a pensar que as problemáticas sociais se tratam de um ciclo e que esta raiz cíclica se encontra no sucateamento da educação, oriundo do modo de produção capitalista. Com uma educação escolar de qualidade, pode-se podar a grande maioria dos problemas sociais que temos atualmente no Brasil.

Juntando todos esses pontos que acompanharam minha existência, o tema do meu trabalho de conclusão de curso não poderia permear outro solo, senão a educação pública e as expressões da questão social nela presentes.

Para executar esta análise, é feita uma pesquisa qualitativa, utilizando materiais de natureza bibliográfica e documental, baseando-se nos mais renomados autores a falar sobre o tema. Dentre os documentos, podem ser citados: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o capítulo quinto da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de educação e o CFESS. Já a respeito dos autores para embasamento teórico, são encontrados: Saviani, Mészáros, Freire, Yamamoto, Pastorini, Faleiros e Andrade. Diante do exposto, é feita uma alusão histórica desde o existir da educação escolar no Brasil, até os dias atuais. Bem como, são tratados temas como questão social e políticas sociais. Por fim, a atuação do Serviço Social na educação escolar é apontada.

No segundo capítulo, no tópico 2.1, pode-se observar a referida história das ideias pedagógicas no Brasil, sendo um tópico extenso, por embarcar muitas questões e desdobramentos que ocorreram no espaço de muitos anos e se fazem de grande importância para entender a educação escolar atual. Chegando ao tópico 2.2, ainda no capítulo introdutório, é possível observar o questionamento sobre a existência da democracia educacional. A desigualdade e a injustiça no campo da educação escolar capitalista são os principais aspectos a serem tratados neste segundo tópico.

Já no capítulo dois, o tópico 2.1 é iniciado com o levantamento da segunda palavra-chave desta pesquisa: Questão Social. Nele, é possível entender o conceito

da palavra em questão, bem como o seu significado atrelado a educação. Já no tópico seguinte, 2.2, é exposto o termo políticas sociais e todo um contexto histórico de interesses da classe dominante que por vezes não é sabido por grande parte da população.

Finalizando, o terceiro e último capítulo, aponta primordialmente para a profissão dos e das assistentes sociais. No tópico 3.1, há um levantamento histórico da profissão na educação escolar, chegando até os dias atuais com a lei que torna obrigatória a presença desses e dessas profissionais nas escolas. Fechando o estudo, o tópico 3.2, encontrasse a questão dos subsídios necessários para a atuação do Serviço Social dentro das escolas.

2 DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE

Neste capítulo introdutório, a presente pesquisa apontará para questões históricas referentes ao tema proposto: a educação. Este será dividido em dois tópicos, no primeiro tópico, é possível encontrar fatos referentes a gênese da educação brasileira e suas primeiras disputas, partindo dos povos originários do país até os anos 2000. A investigação tem como objetivo geral a compreensão crítica do desenvolvimento das ideias pedagógicas no Brasil mediante o exame da evolução das principais concepções educacionais que tiveram vigência na história da educação brasileira. Para a análise, será utilizado para pesquisa a obra “A história da educação no Brasil” (SAVIANI, 2007), cujo autor trata-se de um renomado pensador da história da educação no Brasil.

Já o tópico subsequente, trará uma breve reflexão a respeito da existência da democracia escolar. Termo que na teoria é assegurado por lei, porém na prática pode-se observar que a teoria é outra com aspectos visíveis a olho nu. Este tópico, por sua vez, contará com o estudo acadêmico feito a partir das obras “A educação para além do capital” (MÉSZÁROS, 2005) e “Pedagogia do oprimido” (FREIRE, 1968).

2.1 A história das ideias pedagógicas no Brasil

Para discutir-se a educação atual no Brasil, seu modelo, objetivos, desafios e afins, faz-se necessário aprofundar nas raízes do contexto histórico que reverberou a situação a qual encontramos atualmente no país. Saviani (2005), nos traz a reflexão provocativa de pensar sobre as ideias pedagógicas no Brasil como muito além de um processo historiográfico. Segundo o autor, tais correntes, presentes até hoje como projetos em disputa, evidenciam caminhos ideológicos diferentes que compuseram a identidade e a memória da educação brasileira

Como bem pontua o professor, filósofo e pedagogo brasileiro Demerval Saviani (2007), os nativos aqui presentes até o ano de 1500, já apresentavam formas de educação de acordo com suas respectivas culturas antes da chegada dos portugueses. Dentre os elementos da educação dos povos indígenas, o autor

ressalta três elementos básicos, sendo eles: a força da tradição, que é constituída pelo saber puro, orientador das ações e decisões dos homens; a força da ação, que se configura como a educação como verdadeiro aprender empírico; e a força do exemplo, pela qual cada indivíduo adulto, e particularmente os mais velhos, tinham suas ações assumidas como modelares pelos mais jovens.

Com a chegada dos europeus ao Brasil, ainda em concordância com o autor, há quatro períodos que podem ser destacados na história das ideias pedagógicas no Brasil. O primeiro deles, iniciado em meados do século XVI, obteve seu estopim mais precisamente em 1549, mas começou já em 1500. Os colonizadores em sua chegada passam a impor a civilização ocidental cristã aos nativos aqui presentes, de forma com que entre os anos de 1549 e 1759, há o predomínio do ensino religioso, dominado pela educação jesuítica (ênfatizando a educação indígena), estreitando a associação entre os processos de colonização, educação e catequese. Esta educação, denominada de “pedagogia brasílica” consistia nos Jesuítas que chegam ao Brasil com a missão de converter os povos originários aqui presentes ao catolicismo e ensinar a língua portuguesa a eles. Aliados aos Jesuítas, pode-se citar também outros grupos que fizeram parte desta educação tradicional, mas com uma operação de forma mais dispersa, intermitente e sem o apoio da Coroa, como os Franciscanos, os Beneditinos, os Carmelitas e os Oratorianos. Todavia, os Jesuítas procederam de forma mais orgânica, tendo exercido o monopólio da educação nos primeiros séculos da colonização. Este fato histórico é denominado de “monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional” pelo autor. Ou seja, a educação a esta época encontrava-se totalmente atrelada a religiosidade do povo europeu.

Diante do exposto, pode-se citar o nome de Manuel da Nóbrega, um sacerdote jesuíta português chefe da primeira missão jesuítica à América, como aquele que trouxe a primeira proposta educacional para a colônia. Este primeiro ciclo da educação colonial, era visto como um “período heroico” pelos portugueses, pois eles estavam em fase de conhecer o extenso território, os mais diversos povos indígenas e se estabilizar na nova terra. Logo no início do que se considerava a primeira forma de educação brasileira, já ocorre a criação de escolas, colégios e seminários. Manuel da Nóbrega cria o plano de instrução sobre uma extensa cadeia de colégios nas povoações litorâneas (Colégio da Bahia ao norte e de São Vicente ao sul). Contudo, mais uma vez, é necessário pontuar que este processo de

educação introdutório não estava preocupado em educar de fato os povos indígenas, no sentido de instruí-los a autonomia, mas sim, de uma educação de base religiosa para que houvesse uma conversão à religião e à língua dos colonizadores, com o objetivo de tornar os nativos mais dóceis, pacíficos e subordinados. A filosofia era de que a sujeição dos nativos, precedia a conversão. Com isso, essa educação não apresentava um processo de instrução, mas sim, de aculturação, a fim de fazer com que os povos indígenas conhecessem e se adequassem a cultura europeia, se desprendendo da sua própria.

Além das escolas, como métodos do que era considerado educação à época, também é pertinente acrescentar a educação a partir da poesia e do teatro. Estes métodos foram tendenciados pelo Padre José de Anchieta, que por se tratar de um poliglota que dominava a língua geral falada pelos povos indígenas, conseguia se comunicar melhor com os nativos e, com isso, defendia a ideia de uma “civilização pela palavra”.

Passado o primeiro ciclo da educação colonial, a partir de 1599 o Brasil começa a ter um sistema educacional mais bem definido, com o que pode ser considerado o primeiro currículo acadêmico. Isto ocorre a partir da institucionalização da pedagogia jesuítica, denominada de *Ratio Studiorum*. Sua versão definitiva possuía quatrocentas e sessenta e sete regras e duas divisões, eram: Estudos Inferiores (curso de humanidades) e Estudos Superiores (Filosofia e Tecnologia). À educação caberia moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Sendo assim, uma pedagogia claramente universalista, elitista e com concepção de homem essencialista. Universalista, no sentido em que o plano é adotado indistintamente por todos os Jesuítas; Elitista, pois era destinada aos filhos do colonos e não aos indígenas¹; E concepção de homem essencialista, pois está relacionado a pedagogia tradicional, como se existisse um único perfil de ser humano ideal a ser seguido, em que o homem seria constituído por uma essência universal e imutável.

Partindo para o que Saviani (2007) conceitua como segundo período da história da educação no Brasil, de 1759-1932 tem-se o momento em que surge uma

¹Aos nativos era destinado um processo muito simples de catequização, de aprendizado da linguagem e de ofício, enquanto o plano de estudos mais completo, com currículo, é destinado a elite, mais precisamente para os filhos dos administradores da colônia, que teriam uma educação para continuarem a ser administradores coloniais

tensão entre manter as tradições e avançar. O início do momento em questão é marcado pela pedagogia Pombalina, também conhecida como as ideias pedagógicas do despotismo esclarecido. A principal finalidade dessa reforma era modernizar o sistema educacional em Portugal e acabou se estendendo ao Brasil colônia. Países que até então tinham sua educação marcada por forte influência da Igreja Católica e por um ensino predominantemente teórico e dogmático. Entre as principais medidas adotadas pela Pedagogia Pombalina, destacam-se a criação de escolas régias em todo o país, a contratação de professores de diferentes disciplinas e a valorização do ensino prático e experimental. Além disso, a reforma também procurou combater a influência da Igreja Católica no ensino, estabelecendo um currículo laico e secular. A Pedagogia Pombalina teve uma grande importância na modernização e democratização do ensino, contribuindo para o surgimento de uma classe média letrada e para a formação de uma consciência nacionalista.

No Brasil, sobretudo, a implementação dessa nova reforma foi lenta e limitada, devido à falta de infraestrutura e de recursos financeiros para a criação de escolas públicas em todo o país, além disso, ela teve dificuldade em penetrar em alguns setores da sociedade, que ainda possuíam uma mentalidade tradicionalista da educação ligada a religiosidade, sendo avessos a ciência. Contudo, apesar dessas limitações, a Pedagogia Pombalina teve um papel importante na modernização do ensino no Brasil.

Em um segundo momento deste segundo período, mais precisamente a partir de 1827, há o desenvolvimento da Pedagogia Leiga, que até os dias atuais é a forma dominante de ensino no Brasil. Esta pedagogia possui marcas do ecletismo, do liberalismo e do positivismo. Algumas das leis que podem ser citadas por marcarem este período de reforma, são: Lei de 15 de outubro de 1827, a determinação da criação de “Escolas de Primeiras Letras”, sendo a tentativa de garantir o acesso aos rudimentos do saber, que a modernidade considerava indispensáveis para afastar a ignorância; Método Mútuo (Método Lancaster), no qual os alunos de toda uma escola se dividem em grupos que ficam sob direção imediata dos alunos mais adiantados, os quais instruem a seus colegas na leitura, escrita, cálculo e catecismo, do mesmo modo como foram ensinados pelo mestre horas antes; Ato adicional de 1834, a transferência a incumbência de cuidar das escolas primárias e secundárias para os governos provinciais; Reforma Couto Ferraz (1854),

a obrigatoriedade do ensino primário, ideia de um sistema nacional de ensino, centralização das decisões, “derramamento das luzes por todos os habitantes”, currículo básico, formação docente na prática (professores adjuntos), educação voltada para a prática; Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879: conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho, mantém a obrigatoriedade de ensino primário (7 aos 14 anos), assistência do Estado aos alunos mais pobres, organização das escolas primárias em dois níveis com currículos semelhantes, subvenção das escolas particulares, fortalecimento das Escolas Normais.

Ainda neste período, vale a pena destacar do “Método Intuitivo”, procedimento pedagógico conhecido também como “lições de coisas”, concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino, diante da sua inadequação às exigências sociais decorrentes da Revolução Industrial que se processava entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Com a Revolução Industrial produziu-se novos materiais didáticos, como suporte físico do novo método de ensino, dentre eles, quadro negro, mapas, entre outros, além de iluminação e aquecimento.

Para mais, a Reforma de Benjamin Constant foi uma importante transformação educacional que ocorreu no Brasil no final do século XIX. Realizada por iniciativa do ministro da Instrução Pública Benjamin Constant, a reforma visava modernizar e democratizar o ensino no país, que até então era marcado pela influência da Igreja Católica e por um modelo elitista e excludente. Entre as principais medidas adotadas pela reforma, destacam-se a implantação do sistema de ensino primário gratuito em todas as regiões do país, a criação de escolas normais para a formação de professores, a valorização do ensino técnico e profissionalizante e a adoção de uma metodologia mais científica e experimental. A criação das escolas normais teve impacto significativo na formação de professores em todo o país, influenciando na pedagogia brasileira por muitas décadas.

Outra proposta para modernizar o sistema educacional do Brasil, foi a Reforma Paulista de 1892. Esta por sua vez, criada por iniciativa do governador de São Paulo, Prudente de Moraes. Com essa reforma, São Paulo deu um passo importante na construção de um sistema de ensino mais democrático e eficiente.

Chegando ao que Saviani (2007), intitula como terceiro período da educação brasileira, este ocorreu entre os anos de 1932-1969 e divide-se em três partes, sendo elas: O equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-

1947); O predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961); e A crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969).

A primeira parte, denominada de “O equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova”, foi influenciada fortemente pelo Fordismo no que tange a produção tecnológica, das fábricas e a produção como um todo, chegando a educação numa concepção de formação dos alunos a partir de um padrão. Outro fator de grande influência foi o Keynesianismo, que se caracterizava por defender o Estado como interventor da educação. Nesta época, o conjunto da industrialização com a urbanização ajudava para o movimento e o desenvolvimento de uma educação mais ampla. Em contrapartida, a Igreja Católica por sua vez era contra este processo, uma vez que procurava recuperar sua hegemonia, travando assim, a considerada “batalha pedagógica”.

Com isso, inicia-se a divergência entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova, ocorrido mais precisamente no “Manifesto dos Pioneiros”², em 1932. A pedagogia tradicional, modelo até então absoluto na educação brasileira, é um modelo de ensino que se baseia em uma concepção disciplinar e autoritária, em que há uma clara separação entre quem ensina e quem aprende. Neste modelo, o professor é visto como a principal fonte de conhecimento e autoridade absoluta em sala de aula, enquanto os alunos são considerados passivos e devem seguir as orientações do professor sem questionar. Com o manifesto citado, esta pedagogia passa a sofrer algumas alterações. O movimento para a pedagogia nova, liderado pelo educador Anísio Teixeira, propõe uma concepção mais democrática e humanizada de ensino. Essa abordagem possui como principal objetivo formar indivíduos críticos, autônomos e capazes de transformar a sociedade em que vivem. Ao oposto da tradicional, nesta perspectiva o aluno é visto como sujeito ativo no processo de aprendizagem, em vez de um mero receptor de informações. Neste período, há a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, a criação do Conselho Nacional de Educação, a organização do ensino superior no Brasil (regime universitário), a organização do ensino secundário e o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas na condição de uma disciplina.

Em 1947, a nova pedagogia toma mais força, passando a ser cada vez mais valorizada por sua filosofia que deslocou

²Este documento foi redigido em 1932 por um grupo de educadores brasileiros e teve por objetivo apresentar propostas de reforma educacional para a época.

Do intelecto para o sentimento; do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade; do diretivismo para o não-diretividade; da quantidade para a qualidade; de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada principalmente nas contribuições da biologia e da psicologia (SAVIANI, 2018 , p.7).

Além disso, sua força foi acentuada com o Manifesto “Mais uma vez Convocados” (1959), valendo destacar pontos que Saviani (2007) ressalta como importantes em defesa da escola pública para todos e de qualidade: 1. Manifesto ao povo e ao governo; 2. Um pouco de luz sobre a educação no país e suas causas; 3. Projeto de Diretrizes e Bases; 4. A escola pública em acusação; 5. Pela educação liberal e democrática; 6. Educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico; 7. Para a transformação do Homem e do Universo; 8. A história não avança por ordem.

Ainda no terceiro período, em 1961, a pedagogia nova passa por uma crise. Este fato reverbera devido a tentativa da retomada do controle da igreja católica sob a educação, se mostrando contrários a educação progressista que vinha se expandindo no país. Uma educação democrática, centrada no aluno, voltada para a formação integral do indivíduo e pautada pelo respeito da diversidade não agradava setores mais conservadores da sociedade. Esta crise culminou em debates intensos sobre a reforma educacional no país e na elaboração da Lei de Diretrizes (LDB), que estabeleceu as bases para a organização do sistema educacional brasileiro até os dias atuais.

Neste mesmo momento é importante destacar a presença e as ideias do educador e filósofo Paulo Freire. Buscando vencer uma educação mecanicista, baseada no falar por falar, descontextualizada da realidade do aluno. Freire levanta a bandeira de uma matriz pedagógica de método ativo, de diálogo constante com o aluno, onde este deve ser o centro do processo de aprendizagem, em um processo crítico de ensino e aprendizagem.

Chegando ao quarto, e último, período dividido por Saviani (2007), como a história da educação no Brasil, de 1969-2001, tem-se o momento considerado por ele como “Configuração da concepção pedagógica produtivista”. Este período é inicialmente marcado pelo predomínio da pedagogia tecnicista, ou seja,

manifestações a ênfase na formação técnica e profissionalizante, em detrimento da formação humanística e cultural. Onde há o processo de ensino padronizado, baseado na memorização por repetição, o estímulo para a competição entre alunos e a preocupação central no processo educativo voltada para o mercado de trabalho.

Em 1980, ocorrem os ensaios contra-hegemônicos, que se trataram de uma série de reflexões críticas a respeito da pedagogia tradicional de educação, a fim de resistir ao modelo produtivista e tecnicista que ainda persistia na educação brasileira. Neste período destaca-se a Pedagogia do oprimido (1987), de Paulo Freire, que propunha uma educação libertadora, pautada na conscientização e na participação crítica dos alunos; a Pedagogia Crítica (1997), de Henry Giroux, que visava estabelecer uma relação mais próxima entre teoria e prática; e a Educação Popular, que abraçava o conhecimento popular, bem como a mobilização social em torno de questões educacionais e sociais.

Já na década de 1990, há o surgimento do neo-produtivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neo-construtivismo e neo-tecnicismo. Estas vertentes surgiram como uma adaptação da concepção pedagógica produtivista às novas demandas sociais, econômicas e tecnológicas. Ambas possuem em comum a ênfase na formação técnica, sendo bastante influentes nas políticas educacionais nas décadas de 90 e 2000. O neo-escolanovismo busca conciliar os princípios da Pedagogia Progressista de John Dewey com as demandas do mercado de trabalho, enfatizando a importância da formação de cidadãos críticos e competentes para lidar com as novas tecnologias e as mudanças sociais. O neo-construtivismo, já aposta na construção do conhecimento pelo aluno, através da interação entre suas experiências individuais e os conteúdos escolares. O neo-tecnicismo, por sua vez, se caracteriza pelo uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) como ferramenta pedagógica para a eficiência no processo educacional.

Neste contexto, surge a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), fechando no âmbito da união a responsabilidade de avaliar o ensino em todos os níveis, mas ainda assim, não conseguindo compor um verdadeiro sistema nacional de educação.

2.2 A educação escolar no Brasil é de fato democrática?

Para abordar a educação escolar em um campo capitalista, que é o foco principal desta pesquisa, é importante apontar para a questão do empoderamento daqueles

que lutam contra o domínio do capital, a exploração e a opressão, através da educação. Mészáros (2005), apresenta um debate acerca da possibilidade da superação da lógica do capital, por meio de processos educativos amplos, para que a educação não seja estrita apenas a pequenas parcelas da população que detém mais dinheiro, mas sim, democratizada. Partindo-se do pressuposto dessa necessidade de luta, surge a pergunta: a educação no Brasil realmente é um campo democrático ou apenas uma teoria ilusória?

O referenciado autor, discute a relação de processos educacionais e processos sociais amplos de reprodução do capital em quatro aspectos básicos. Sendo o primeiro deles, o embate entre os parâmetros estruturais do capital, ou seja, um padrão que o capitalismo instaurou e se coloca como uma lógica irreversível e incontestável, sem que haja nenhuma outra forma de superar este modelo, pois o capitalismo se coloca no lugar de único. Neste cenário, há uma necessidade de romper com essa lógica instaurada para que haja uma alternativa educacional diferente.

Passando para o segundo aspecto, Mészáros aponta que não são necessárias apenas estratégias formais na questão educacional, é de suma importância romper com a barreira da superficialidade, indo até a raiz do problema de forma a atingir um patamar de mudanças essenciais. Isto, pois o próprio capital já faz pequenas reformas em termos de aparência, mas sem um viés de priorizar o ser humano como centro das necessidades, mas sim, visando expandir seus próprios lucros, devido a este fato essas reformas existem de forma a prover que os sujeitos apenas sejam mão de obra no modo de produção capitalista.

Chegando ao terceiro aspecto, neste, o escritor baseia-se no fato de que apenas a compreensão de uma ampla concepção da educação e da sociedade, pode garantir a luta pelo objetivo de superar o capitalismo. Uma mudança radical e a aquisição de instrumentos de pressão capazes de provocar o rompimento com a lógica fetichista do capital, onde o sujeito é explorado, mas ao mesmo tempo seduzido, para que não perceba a opressão a qual é submetido.

O quarto aspecto, traz a defesa de que a educação é estratégica na mudança de condições objetivas do sujeito, onde pode mudar sua mentalidade e realidade, compreendendo a totalidade do seu contexto particular de onde se está inserido.

Sendo assim, essa mudança se faz muito importante na construção de uma nova ordem social.

As reformulações que possam acontecer na educação são inconcebíveis sem a transformação também no quadro social. Não adiantando apenas correções marginais, mantendo intactas as estruturas fundamentais da sociedade e conformando-se às exigências da lógica do capital. O capitalismo se utiliza das reformas educacionais apenas para remediar os efeitos desastrosos de sua atuação. Entretanto, essas reformas estão a serviço deste modo de produção e acabam não atingindo as raízes do problema. “Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma vez só, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa” (MÉSZAROS, 2005, p. 35)

É necessário buscar as raízes da desigualdade no campo educacional e a essência de tudo o que faz esse modo de produção capitalista ser alienante, explorador e opressor da classe trabalhadora. Sendo possivelmente necessária a queda desse sistema e o aparecimento de um outro onde os seres humanos como um todo sejam reconhecidos na sua dignidade, por meio de uma educação digna, justa e igualitária.

Paulo Freire (1987), discute a relação do opressor com o oprimido no campo da educação escolar. Neste estudo, ele comenta a necessidade de que a educação seja um meio revolucionário, de forma com que os cidadãos consigam uma transformação social, a mesma citada por Mészáros. Contudo, a intenção não é a inversão de papéis, onde o oprimido se torne um opressor, mas para uma mudança social de fato, é necessário criar uma conscientização coletiva, onde o opressor também saia dessa condição de opressor e todos possam caminhar juntos, já que o homem é um ser social.

A educação não deve se configurar como algo técnico e mercadológico, que cria seres humanos em função do capital e voltados para um conformismo social, mas sim, um agente revolucionário capaz de mudar suas realidades para melhor. Segundo o citado autor, o modelo de educação existente no Brasil, pode ser descrito como conteudista e marcado pelo cumprimento de conteúdos, não levando os alunos a pensarem, questionarem e buscarem soluções para problemas. Esta questão pode ser vista como estrutural por parte da elite, pois para eles não é

interessante formar um indivíduo para que ele seja um ser questionador, mas sim, um consumidor de informações sem processamento, nem problematização. Dentro desta lógica elitizada imposta, reverbera a desumanização do opressor em relação ao oprimido. De forma com que o usurpador faz com que o oprimido, em sua posição passiva, passe a acreditar que necessita do opressor para sobreviver.

A educação no Brasil produz um fetiche social, reproduzindo a desigualdade, a marginalização e a miséria. O ensinar a não pensar é algo puramente planejado pelos que estão no poder, para que possam ter em suas mãos a maior quantidade possível de oprimidos, que se sentindo como fragilizados, necessitam dos que dominam para sobreviverem. Mas como poderá o homem sair da opressão se os que os “ensinam” são também aqueles que os oprimem? Neste âmbito é necessária a conscientização dos docentes do seu papel problematizador de realidade enquanto educando. O professor, como parte do seu trabalho, deve conscientizar ao aluno do seu papel social, mesmo tempo em que se percebe na sua importância social enquanto um dos agentes transformadores da sociedade. Uma vez conhecendo suas realidades na sociedade, as pessoas jamais se curvarão para a condição de opressão, pois seu lema ser a justiça pela qual buscará.

Para Feire (1987), é necessário sair do molde de educação em que o pensar é mecânico e entrar no pensar problematizador. Onde será gerada a consciência de si inserido no mundo em que vive, ele acredita na ideia de que deve existir um intercâmbio contínuo de saber entre educadores e educandos, com a intenção de que os últimos não se limitem a repetir mecanicamente o conhecimento transmitido pelos primeiros. Por meio do diálogo entre professores e alunos, estabelecem-se possibilidades comunicativas em cuja raiz está a transformação do educando em sujeito de sua própria história. É a superação da dicotomia educador x educando. Nesse processo de educação problematizadora, o professor aprende enquanto ensina pelo diálogo e seus educandos, estimulando o ato cognoscibilidade de ambos, ou seja, ensina e aprende a refletir criticamente.

Para além, como em todo processo democrático, na educação não seria diferente a necessidade do diálogo no processo educativo. Formando uma educação onde a essência é direcionar o indivíduo a liberdade. A comunicação é expressa pelas palavras e pela ação, em razão disso, a verdade tem que estar constante nesses dois momentos de construção da educação, tanto do aluno quanto do

professor. Esse é o sentido ao mundo do mundo em que os homens vivem e se relacionam. O diálogo entre educador-educando começa em seu planejamento do conteúdo programático, quando questiona o que vai refletir com os alunos. Mas esse conteúdo não pode estar dissociado do cotidiano dos alunos, devendo conter uma relação com o que eles vivem no mundo atual. É necessário haver uma conexão real. Ensinar e aprender é uma constante investigação, porém Paulo Freire enfatiza para que não torne o homem, neste processo, um mero objeto de investigação, que não se perca na essência do ser humano.

A ação transformadora se faz pela reflexão e ação. Demonstra também que um ser que se dedique a liderança revolucionária da opressão, não deve confundir seu papel de representante do diálogo oprimido, impondo o seu ponto de vista. Deve-se levar a verdadeira palavra daqueles que representa emergindo o novo em meio ao velho da sociedade dominante. O caráter revolucionário dos oprimidos, em sua ação transformadora, é uma ação pedagógica, da qual se emerge novas possibilidades de renovação social.

Freire descreve alguns elementos utilizados para a realização da dominação no sistema opressor. É pela manipulação que os opressores controlam e conquistam as massas oprimidas para a realização de seus objetivos. Assim como ocorre com a invasão cultural, método pelo qual o opressor impõe de forma aparentemente “amigável” sua cultura sobre o oprimido, onde a minoria dominante coage a sua visão de mundo e todos se guiam por ela.

Por fim, Freire (1987), coloca elementos da ação dialógica, tais quais, a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural. A colaboração do diálogo, entende o outro como o outro é respeita a sua culturalidade. A união da massa oprimida se faz necessária, e é papel do representante dessa classe mantê-la unida para ganhar força de transformação. A organização é um aporte de união das massas, sendo também um sinal de liberdade para os oprimidos. A síntese cultural se fundamenta na compreensão e confirmação da dialeticidade permanência-mudança, que compõe a estrutura social.

Até os dias atuais, é possível enxergar que a democracia na educação é mecânica, bem como o modelo de aprendizagem existente no país. Nas nossas escolas, o conceito de educação problematizadora ainda não conseguiu alcançar seu espaço. O professor formador de conscientização vive um drama entre ensinar a

pensar ou cumprir com o currículo que lhe é imposto pelos órgãos educacionais. Então pôde-se entender que o sistema educacional de hoje continua a disseminar a opressão, não por conta do professor, mas pelas condições de trabalho que lhes é imposto. O educador hoje é tão vítima quanto o aluno pobre oprimido, pois é meramente mais um deles.

Freire (1987), vai além dentro desta relação complexa, desenvolvendo o conceito da Revolução de Contradição, no qual uma revolução no campo da opressão, buscando mudanças daqueles que dominam, acaba gerando novos opressores e oprimidos. Já na contradição, o opressor se reconhece como o tal e o oprimido consegue ver-se subjugado por outro. É a contradição que gera a consciência. No entanto, o processo de desintoxicação da opressão deve acontecer de maneira cuidadosa para que os opressores não venham a ser novos oprimidos. O processo de liberdade deve ser visto e sentido por ambas as partes. A libertação do estado de opressão é uma ação social, não podendo, portanto, acontecer isoladamente. O homem é um ser social e por isso, a consciência e transformação do meio deve acontecer em sociedade.

3 A QUESTÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Este terceiro capítulo, apontará para o outro tema central desta pesquisa junto a educação: A questão social. No tópico um, encontra-se uma análise a respeito da questão social baseada em uma das mais importantes autoras a escrever a respeito deste tema, Marilda lamamoto (2001). Logo em seguida, a questão social mistura-se com a educação, por meio da análise do texto de Alejandra Pastorini (2016).

Seguindo, no tópico dois, é possível embarcar no campo das políticas sociais e suas contradições. Ao passo em que estas são essenciais para a classe trabalhadora, mas também necessárias para a manutenção do capital. Para tratar mais a fundo estas questões, Faleiros (2009) é referenciado, bem como algumas das mais importantes leis no que tange o campo da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1961); o capítulo quinto da Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990); e o Plano Nacional de Educação (2014).

3.1 A Questão Social na educação

A princípio, Yamamoto (2001) acredita que a análise da questão social é inseparável das formas em que o trabalho se dá e foi elaborado no decorrer da nossa sociedade. Esta, encontra-se situada em arenas de disputas entre projetos de sociedade que são dados por diferentes interesses das classes acerca de propostas, projetos e perspectivas para direcionar as políticas sociais econômicas. Desta maneira, a resposta que se dá a questão social passa a ser direcionada pelos instrumentos que regulam o mercado, bem como pelas organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados do combate a pobreza e a exclusão social. Logo, em perspectiva da análise da questão social como parte constitutiva das relações sociais capitalistas.

A questão social de acordo com a referida autora, é a expressão aplicada das desigualdades sociais e sua produção e reprodução assumem perfis e expressões particulares no cenário atual. Diante disso, ela vai requerer em seu enfrentamento o predomínio das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento da responsabilidade do Estado, a afirmação de políticas sociais de caráter universal, além de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura e da construção da esfera pública.

O significado da questão social no marco da Teoria Social Crítica, é considerado inseparável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre conjunto das classes trabalhadoras, dando base para a exigência das políticas sociais públicas. Assim é possível perceber que a questão social não é um fenômeno recente, mas nascida das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa. Historicamente, a questão social foi tratada sob o âmbito do poder, quando houve um protagonismo dos operários e das manifestações sociais. Diante desta luta de classes, começou-se a ameaçar a ordem da sociedade. Entretanto, esses processos que aconteceram são analisados, de acordo com Yamamoto, pela visão e pela análise crítica de Marx sobre a sociedade capitalista. Pensar questão social nesta sociedade, é pensar em uma super população relativa que seriam, os desempregados, as parcelas irregulares que estão sujeitas a ciclos oscilares e eventuais absorção e repulsão nos mercados de trabalho e nas

indústrias, é pensar numa superpoluição oculta, como os agricultores que outrora utilizavam a sua mão de obra no trabalho e foram substituídos pelas máquinas e quando vieram para os centros urbanos perderam a sua capacidade elaborativa, pois não ingressaram nesse mercado, ao momento em que não sabiam as formas do trabalho da cidade e ficaram desempregados e muitas vezes até mesmo em situação de rua; e é pensar também em trabalhos precarizados; em uma população que vive na miséria e mesmo tendo condições físicas de trabalho não são absorvidas pelo mercado; é pensar nas crianças; nos jovens; em pessoas que não possuem mais capacidade laborativa, como idosos; pensar em questão social é pensar no todo das problemáticas sociais que se dão desta absorção e repulsão do mercado de trabalho. Através da atividade central do trabalho outras problemáticas irão surgir, pois se não há emprego, não se tem o que comer e problemáticas em todos os âmbitos da vida deste indivíduo.

Outra forma de pensar a questão social, é quando a parcela de pessoas que estão prontas para o trabalho cresce mais rápido que a oferta de empregos para fins das suas demandas. Ao pensar em todos esses lados, pode-se perceber que a questão social é o conjunto das desigualdades sociais que se dá na sociedade capitalista madura, as quais são impensáveis de serem combatidas, sem que haja uma intermediação do Estado.

A questão social em si tem sua gênese em um caráter coletivo das lutas sociais que rompe o domínio privado das relações entre capital e trabalho extrapolando a questão social para a esfera pública e necessitando, solicitando e demandando alguma interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. Esse conhecimento dará origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho consolidados em serviços e em políticas sociais, o que nos países centrais expressam-se até mesmo como estado de bem-estar social.

Outro ponto interessante a ser ressaltado, é que a questão já foi, e até atualmente pode ser considerada, como criminalização por algumas pessoas, como algo que atinge principalmente as classes subalternas, sendo conhecidas como classes perigosas, sujeitos a repressão e até mesmo a extinção. Existe uma tendência de naturalizar a questão social ao transformá-las em objetivos assistenciais, focalizados de combate à pobreza, sendo muitas vezes a questão

social tratada como motivo de polícia e não por políticas. Uma outra análise apontada pela autora sobre a questão social, é a que colocava como sendo vista por motivos individuais e isolados, onde não se faz uma leitura crítica social da realidade. Ou seja, se há um problema, de âmbito até mesmo social, o problema é considerado privado a aquele indivíduo, havendo a culpabilização do indivíduo, onde toda a culpa recai sobre o indivíduo, isentando assim, a sociedade de classe da responsabilidade da produção dessas desigualdades sociais.

De acordo com Pastorini (2016), a questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital x trabalho. A questão social se trata de problemáticas sociais decorrentes especificamente do advento do capitalismo. Assim, as principais manifestações da questão social, como a pobreza, a exclusão social e as desigualdades são decorrentes destas contradições inerentes ao sistema capitalista. Portanto, a questão social, de acordo com a autora, trata-se do conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas decorrentes especificamente da contradição capital x trabalho. Logo, as problemáticas ligadas a educação são também uma expressão da questão social.

Neste sentido, diversas expressões da questão social alcançam a educação, tais quais: o bullying, a evasão escolar, o baixo rendimento escolar, a violência, e a própria pobreza. Estas são questões fundamentais a serem entendidas na educação, bem como entendê-la como uma expressão da questão social que necessita de estratégias de trabalho no sentido da construção de uma educação emancipatória. Uma educação fundamentada na garantia do respeito à diversidade humana, da afirmação incondicional dos direitos humanos.

3.2 As políticas Sociais e suas contradições

De acordo com Faleiros (2009), a análise da política social implica a consideração do movimento do capital, ou seja, um não existe sem o outro. Os movimentos sociais concretos obrigam/pressionam o Estado e o capital a cuidarem da saúde, da duração da vida do trabalhador, da sua reprodução imediata e a longo prazo e da sua educação. Esta necessidade do capital, se dá devido ao fato de que a mão de obra humana é a ferramenta mais importante para o capitalismo, no

sentido em que gera mais-valia. Logo, este modelo econômico necessita preservar minimamente esta ferramenta, fazendo isso através das políticas sociais.

É necessário também, considerar as conjunturas econômicas e os movimentos políticos em que se oferecem alternativas a uma atuação do Estado, nesse sentido, as políticas sociais do Estado não são instrumentos de realização de um bem-estar abstrato, de um bem comum, não podem ser consideradas medidas boas em si mesmas, bem como não são medidas ruins. As políticas sociais, de acordo com o citado autor, são resultado da luta da classe trabalhadora ao passo em que também são um instrumento de manipulação e de puro escamoteamento da realidade da exploração da classe operária, chegando-se assim, a realidade do seu caráter contraditório.

Faleiros segue dizendo que a abrangência de intervenção do capital pode também ser vista pelos distintos domínios das políticas sociais, que passam pelas mais diversas necessidades da vida social, tais quais: educação, saúde, habitação, assistência e previdência. Estes domínios de intervenção são denominados sociais, por questões históricas e ideológicas.

O Estado propositalmente fragmenta as políticas sociais para que o trabalhador perca a sua dimensão de classe, paralelamente, o fato de se apresentar como social, uma medida de uma política governamental, muitas vezes faz com que pareça boa aos olhos da população. Dessa forma, quando o governo verbaliza prioridades sociais, logo é visto como defensor das camadas mais pobres, ao mesmo tempo em que oculta e sabota a vinculação dessas medidas à estrutura econômica e à acumulação do capital.

O Estado capitalista em sua verdadeira face é um grande garantidor da manutenção das condições gerais de reprodução do capital e da produção, isto é, da acumulação capitalista. Ele só assume os investimentos que não são rentáveis para o capital, apenas trazendo para si os investimentos que demandam recursos públicos como um meio de favorecer e estimular o capital, de criar infraestrutura necessária para os investimentos e a circulação do capital, estabelecendo facilidades jurídicas, sobretudo, no que se refere ao crédito em favor da acumulação capitalista, e investindo em grandes empreendimentos que o beneficiam. Neste sentido, as políticas sociais são vistas de forma contraditória como já pontuado, pois realizam não só a valorização do capital, mas também, interferem diretamente na

valorização e na validação da força de trabalho, como uma mercadoria especial, produtora de mais-valia e como um sujeito de direitos no pacto da cidadania democrática.

Diante disto, as políticas sociais podem ser consideradas de caráter ambíguo, no sentido em que favorecem o capital e a classe trabalhadora. O favorecimento do capital ocorre ao passo em que cuida da ferramenta tão importante para ele, que é a mão de obra humana, no entanto, também é considerado fruto da reivindicação da classe trabalhadora, trazendo conquistas, mesmo que mínimas para os trabalhadores, no que se refere a reprodução da sua existência.

De acordo do exposto acima, a respeito das políticas sociais, é interessante citar no âmbito da educação as leis que validam a sua existência como democrática, pelos menos no papel. Dentre estas leis, podem ser citados importantes marcos, como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que passou a existir em 1961; o capítulo quinto da Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990; e o Plano Nacional de Educação, de 2014.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação passa a existir no início da década de 1960, sendo conhecida como 4.024/1961, fruto do processo de redemocratização no país iniciado no final de 1945. A esta época viu-se a necessidade do país em uma base educacional partindo de um ponto teórico comum. Surgindo assim, esta lei a nível nacional para que a educação fosse mais regrada e mais eficaz. Esta lei pode ser vista como interesse do capital, pois na segunda metade do século XX o país passa por um forte movimento de industrialização, demandando uma mão de obra qualificada que se iniciaria a partir da escola.

Desde a sua formulação a LDB já passou por diversas reformulações com o passar do tempo e é considerada a principal legislação a regular o sistema de educação brasileiro. Esta, é considerada o primeiro e grande marco educacional nacional e estabelece leis desde a educação de base até a pós-graduação no país.

O artigo quinto da Constituição Federal de 1988, trata sobre os direitos fundamentais dos cidadãos, englobando o direito a educação e o direito a igualdade, o que tange o direito democracia no país, englobando a educação.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor desde a década de 1990, tratasse de uma lei que estabelece direitos e garantias a pessoas menores de 18 anos. Embora o foco principal desta lei seja a proteção dos direitos dessa faixa

etária, a legislação também aborda a educação em suas pautas. O ECA enfatiza a educação como direito fundamental a todas as crianças e adolescentes, sem que haja nenhum tipo de distinção. Bem como que suas permanências na escola e a qualidade do ensino sejam asseguradas.

O Plano Nacional de Educação de 2014, tratasse de um documento que estabeleceu metas para a educação brasileira em um prazo de dez anos. Este plano deu-se, a partir da necessidade de melhorar a qualidade do ensino no país e garantir que ele fosse de fácil acesso a todos.

4 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Este quarto, e último, capítulo trará uma pesquisa de análise documental e de caráter qualitativo, utilizando materiais de natureza bibliográfica, assim como documentos. No primeiro tópico, será possível encontrar a história do Serviço Social na educação escolar a partir do texto de Laís Andrade (2022), abordando em sequência a principal lei que torna necessária a presença dos e das assistentes sociais no ambiente escolar.

No segundo, e último, tópico deste trabalho acadêmico, é possível encontrar uma reflexão a respeito dos subsídios para a atuação dos e das assistentes sociais na educação, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

4.1 A história do Serviço Social na educação escolar

De acordo com Laís Andrade (2002), o Serviço Social passa a existir no campo educacional no ano de 1906, mais precisamente nos Estados Unidos. Este marco ocorreu em uma época onde os centros sociais designavam visitadoras a irem até os lares dos alunos apurar as razões de problemáticas escolares, tais quais: faltas, evasão escolar e mau desenvolvimento do aluno. O mesmo trabalho também já ocorria em vários países da Europa no campo assistencial, onde eram atendidas crianças abandonadas ou órfãs, este era um trabalho pautado sob o atendimento a família e as crianças junto a escola, sendo utilizado para dar orientação aos pais para o melhor desenvolvimento da criança, bem como descobrir casos de maus tratos por parte dos responsáveis.

Outros trabalhos eram feitos na perspectiva da saúde, relacionados a questão da aprendizagem, da escola e da criança. O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social escolar, como assim era intitulado, tratava-se de um trabalho multidisciplinar, realizado em parceria com psicólogos e professores. Este, tinha por objetivo atender alunos com dificuldade de aprendizagem de caráter individual e familiar, configurados como problemas sociais apresentados pela escola.

Chegando à América Latina, este trabalho escolar também acontecia, entretanto, os atendimentos não eram feitos de forma individual, mas sim, junto a comunidade. O Serviço Social até recentemente não privilegiava a área da educação como um campo de trabalho do e da assistente social. No Brasil, esta discussão do Serviço Social na educação começou nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, os profissionais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas como um desvio ao que era considerado "normalidade social".

Em 1957, em Porto Alegre- RS, acontece um seminário vinculado a igreja católica, onde foram apresentadas propostas para o campo educacional seguindo a lógica desenvolvimentista, voltada a preparação social dos indivíduos, a fim de enquadrá-los de acordo com suas aptidões, para que fossem produtivos e úteis para o capital.

Até a década de 1970, o Serviço Social teve uma vinculação ideológica por subordinação, no entanto, o movimento de reconceituação³ trouxe uma nova face para a profissão, ao passar em que muitas coisas mudaram, havendo inclusive o rompimento com o conservadorismo e o tradicionalismo. Este marco traz um Serviço Social mais crítico e analítico e entendedor das complexidades sociais.

Atualmente, existe no Brasil um Serviço Social escolar muitas vezes restrito a educação infantil, mas que pode e deve atuar também até o ensino superior. No ensino fundamental, o trabalho muitas vezes é voltado para indivíduos de baixa renda, que vivem diversas expressões da questão social no seu dia a dia, como: violência doméstica, dificuldade sócio-econômica na família e o crime organizado. Existe ainda iniciativas no Ensino Superior sobre projetos de extensão, que por vezes oferecem bolsas, o que coopera para que os indivíduos desenvolvam sua intelectualidade.

³Movimento histórico do Serviço Social na América Latina, impulsionado por profissionais, intelectuais e estudantes da área que buscavam questionar e atualizar as bases teóricas e práticas da profissão.

Por isso, a educação não trata-se de um campo novo de atuação de trabalho do e da Assistente Social, mas nos últimos anos tem crescido bastante, principalmente relacionado a esfera pública, visto há mais contratações neste ambiente para integrar a equipe multiprofissional. O Serviço Social ultimamente tem sido reconhecido como uma profissão fundamental para a perspectiva curricular na educação, ocupando espaços importantes no processo da execução da política educacional. Seu trabalho basicamente consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento a fatores políticos, econômicos, culturais e sociais como um todo que interferem no sistema educacional. Isto ocorre para que haja uma cooperação para a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania.

Desta forma, pensar a dimensão pedagógica e educativa do Serviço Social é um trabalho que tende a desenvolver perspectivas para desmistificar e desvelar a realidade produtora das desigualdades sociais, sempre visando a autonomia, a participação e a emancipação dos indivíduos sociais. O seu fazer profissional exige um conhecimento amplo sobre a complexidade da realidade social, para criar meios de transformá-la de acordo com o seu projeto profissional. É através da mediação social que o e a assistente social realizam este enfrentamento, por isso é importante entender que essa relação que o profissional obtém dentro da educação estabelece vínculos profissionais com as classes sociais, bem como se materializa, especialmente por meio de efeito de trabalho profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos que estão envolvidos no processo de prática. Por isso, o Serviço Social entende que é necessário buscar uma educação que faça os indivíduos pensarem por si mesmos, alcançando uma educação que ultrapasse somente a questão curricular e exerçam a sua cidadania.

Em 11 de dezembro de 2019 foi aprovada a lei 13.935/2019, que torna obrigatória a presença de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de educação básica. Estas, são profissões que marcam presença fundamental nas escolas públicas, contribuindo para o processo de aprendizagem e para as relações entre professores, alunos e comunidade escolar. Mas apesar de tão claras as atribuições destes profissionais nesta área educacional, esta legislação só foi regulamentada após uma longa mobilização de mais de duas décadas, tendo à frente o Conselho Federal de Psicologia, o Conselho Federal de Serviço Social, além de várias outras entidades que se mobilizaram para apoiar a causa.

A presença dessas (es) profissionais no ambiente escolar contribui para o aprimoramento de processos fundamentais:

- > ajuda a desenvolver, implementar e reformular currículos, projetos pedagógicos, políticas e procedimentos educacionais;
- > aperfeiçoa métodos, técnicas e instrumentos adequados para subsidiar a formulação e o replanejamento de planos escolares;
- > apoia a qualidade de vida da comunidade escolar, atuando nas ações e projetos de enfrentamento aos preconceitos e à violência na escola. (CFESS, 2019)

A partir da referida lei, toda rede pública de educação básica deve contar com a presença de assistentes sociais e psicólogos integrando as equipes multiprofissionais. O objetivo é atender as necessidades e prioridades da individualidade de cada aluno, bem como sua vida em comunidade.

No entanto, apesar de já ter sido aprovada, atualmente os conselhos e as entidades parceiras seguem com a luta de garantir com que a lei seja cumprida e as profissões sejam de fato entendidas como categoria da educação, que só tem a contribuir para a construção diária de um ensino público de qualidade, inclusivo, democrático, garantidor de direitos e que vê o aluno para além de conteúdos programáticos.

4.2 Subsídios para a atuação do Serviço Social nas escolas

Segundo CFESS (2012, 2013), no Serviço Social, entende-se a educação como um campo amplo, que vai além da formalidade de estabelecimentos educacionais tradicionais, e perpassa também, por instituições do poder jurídico, das empresas, das instituições de qualificação da força de trabalho juvenil e adulta e pelos movimentos sociais. A educação é um complexo constitutivo da vida social, que possui grande importância para todo ser social. Entretanto, diante a conjuntura capitalista a qual estamos inseridos, a comunidade educacional se torna vítima da forma clássica da educação tradicional burguesa, sendo assim, marcada por contradições comuns a esta ideologia política. Isto, devido ao fato desta educação tradicional conservadora não atender as especificidades da sociedade como um todo, além de não levar em consideração as contradições e opressões.

Para dar continuidade às práticas comuns a sociedade do capital, é essencial que o poder capitalista gere uma conformidade social, ou seja, se faz necessário um processo alienante. Desta forma, o capitalismo vê principalmente nas instituições formais de educação, uma mediação para reproduzir e internalizar este sistema político. Sistema esse, que cria uma ampla lacuna educacional entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção.

Em contraponto, a partir desta tentativa de alienação por parte do capitalismo, existe a Política de Educação, que edifica a construção para uma educação emancipadora, que busca superar as desigualdades sociais intrínsecas a sociedade do capital. Esta política,

Resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. (CFESS, 2012, p. 19).

Além disso, esta concepção emancipatória da educação visa também viabilizar uma educação sem preconceitos, “não sexista, não racista, não homofóbica,/lesbofóbica/transfóbica” (CFESS, 2012, p. 22) e que respeite todo e qualquer ser humano.

A discussão da Educação no âmbito do Serviço Social é antiga e recorrente, desperta interesse e curiosidade aos profissionais, mesmo não encontrando um leque de produções teóricas e publicações de trabalhos sobre a temática dentro da categoria, e não havendo a visibilidade, valorização e enfoque necessários que a inserção profissional nessa área requer. Logo, tem-se uma dificuldade de ampliação do debate, abrindo margem para a compreensão distorcida da atuação do Serviço Social na Educação, tanto dos demais trabalhadores dessa área, quanto das diferentes instituições que o contratam, onde se tem idealizado a concepção de um trabalho voltado para o assistencialismo. Além disso, identifica-se a problemática de

uma inserção profissional nessa esfera como uma ampliação dos espaços de atuação do Serviço Social.

Tais desafios apontados, fragilizam o significado e o papel social da profissão e sua utilidade frente à Política de Educação, contribuindo que a função dos assistentes sociais nessa política social seja delimitada e reduzida à realização de procedimentos técnicos e operacionalização de programas assistenciais na rotina institucional, por não ser compreendida enquanto profissionais capazes teórica e metodologicamente de fazerem uma leitura da realidade social em uma perspectiva de totalidade, para, assim, construir, de maneira autônoma, sua estratégia de intervenção individual ou coletiva e na escolha dos instrumentos e recursos necessários para efetivá-la.

Diante disso, o assistente social, deve assumir um compromisso pelo fortalecimento do projeto ético-político profissional nos seus campos de atuação, especificamente na educação, e articular com os sujeitos coletivos na luta pela defesa da consolidação de uma concepção de educação emancipadora, propiciando o desenvolvimento das potencialidades e capacidades dos sujeitos sociais, com a ampliação efetiva das condições de universalização de acesso e permanência da população em seus diferentes momentos de formação, como política pública, pois é um direito social a todos.

Ressalta-se que esses profissionais, frequentemente, se veem obrigados a buscar apoio e mobilizar recursos em organizações não governamentais e em instituições filantrópicas para executar suas ações, por serem os únicos disponíveis, em determinado momento ou território.

Para isso, encontram-se o desafio de serem capazes de elucidar as contradições da Política de Educação, apreendendo as particularidades e a complexidade dessa política e das instituições educacionais; e compreender as estratégias utilizadas pelo capital na esfera educacional, atribuindo-a a função de reprodução social.

Dessa forma, é imprescindível que a profissão reorienta a direção de sua ação a partir de uma perspectiva crítica diante das estratégias do capital na Política de Educação. Uma atuação para além, apenas, de responder às requisições exigidas pela classe dominante para assegurar a formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora para atender as necessidades de reprodução do

capital. Além de contratarem seu trabalho para atuar em programas e projetos governamentais e não governamentais relacionados à assistência estudantil na área pública, e a concessão de bolsas na área privada, a fim de garantir o acesso à educação, a permanência nas instituições educacionais vinculadas diretamente ou não à Política de Educação, a qualidade dos serviços prestados nessa área e a gestão democrática e participativa da população nessa política e em suas instituições. E serem convocados para disseminar o discurso de educação “inclusiva” e “cidadã”, de forma que camufle a desigualdade existente nos diferentes níveis e modalidades de educação em relação a garantia do acesso universal à educação, sendo uma das expressões da questão social, reproduzida por essa política. Seguindo essa lógica, importante salientar que os programas e projetos formulados e direcionados para a garantia da permanência na educação escolarizada não são semelhantes em todos os níveis e modalidades no sentido de não abranger a toda a população.

Quando se trata do vínculo do Serviço Social com a política educacional, percebe-se que não é um assunto novo, mas que estão interligadas desde o início da profissão do Serviço Social. Falar de política educacional é pensar que ela foi criada para atender as exigências postas pelas classes dominantes, criando trabalhadores com um padrão de escolarização, na busca da valorização e reprodução do lucro (capital) e não do indivíduo.

Por outro lado, a política educacional é resultado dos movimentos da classe trabalhadora na busca pelos direitos sociais, sua trajetória evidencia um Brasil, marcado pelas desigualdades sociais, na busca de territórios, pela ganância do homem, mas que atualmente busca-se “alcançar” uma educação pensada para atender a massa de trabalhadores, assumido apenas uma modernidade aparente, “cobrindo sua face” de desumanização.

Diante disso, o Serviço Social ao atuar nesse campo, precisa compreender que atuará em ambientes, marcados pelas desigualdades sociais, no entanto para alcançar esses sujeitos e responder às demandas que chegam para esses profissionais, ele precisa enfrentar obstáculos nos quais, conseguirá atingi-los com base política, voltada para emancipação desses sujeitos. Nesse sentido talvez leve muito tempo para que ele veja resultados, mas se esse profissional for direcionado, compreendendo verdadeiramente o sentido de sua profissão e por que ele está

naquele lugar, com qual propósito, tendo a consciência de suas responsabilidades e em quais documentos sua profissão se baseia e o orienta, estará no caminho certo.

Portanto, reconhecer que a “questão social” é o objeto de intervenção profissional supõe-se que o profissional deva compreender como as expressões da questão social se expressam no cotidiano profissional. Sendo assim, partindo desse ponto, a “questão social” será o norte desse profissional para seus estudos e pesquisas. A partir disso o enfrentamento da questão social envolve a luta na busca da construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como uma mediação para a construção de outra sociabilidade. Assim se materializa por meios de políticas sociais, como proteção social, mas que muitas vezes como respostas reduzidas diante das expressões da questão social. Nesse sentido, os desafios e o compromisso que a profissão tem pela frente, para que os resultados apareçam é enorme, a sociedade questiona muitas vezes, o que o serviço social faz, da cesta básica e mais nada? O serviço social não é aquele que soluciona tudo? Assim muitas vezes sendo responsabilizados por fatos que já existiam no centro da educação, por exemplo, como evasão escolar, violência, entre outros, compreendendo que esses fatores também são questões de preocupação do serviço social, contudo a contribuição desse profissional será de suma importância.

O GT Nacional Serviço Social na Educação traz reflexões importantes sobre a inserção de assistentes sociais na Política de Educação, sistematizado no documento Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação, até o Seminário Nacional Serviço Social na Educação, favorecem um tipo de questionamento que trata criticamente a relação entre as estratégias institucionais que são idealizadas a partir da Política de Educação e as respostas sociais e profissionais no tocante aos processos de garantia do acesso, da permanência, da gestão democrática e da qualidade da educação. Nesse sentido, a aprovação do assistente social na educação justifica-se por entender que a profissão está vinculada a vários espaços sócios ocupacionais dessa política pelas diretrizes e bases com possibilidades de atuar nesses espaços também. Sendo assim indica que essa área de atuação é ampla e complexa, está voltada para a democracia, a liberdade individual, a permanência desses alunos, ampliação da educação pública para todos e uma educação com qualidade.

No que se refere à ampliação da educação, em todos os níveis de escolaridade, embora seja garantida por lei, não há educação que atenda a todos, nesse sentido cabe ao Estado ampliar as condições a educação, mas ao invés disso há uma conjectura de que o acesso à educação escolarizada não cabe só ao Estado, mas alguns setores da sociedade, dos empresários, para atender a classe burguesa. Na realidade o que se tem é desvio do fundo público, ampliando as taxas de lucro da burguesia educacional sejam remodelados em incentivos fiscais ao setor privado ampliando

A modalidade da educação à distância, programas de crescimento da rede educacional pública, mediante pactos de adesão para recebimento de recursos adicionais, fomento à contratação de crédito para financiamento dos estudos e contratação de assessorias privadas para a elaboração e avaliação de projetos pedagógicos. (CFESS, 2012, p. 39)

Diante desse contexto a inserção dos assistentes sociais seria de suma importância nesses espaços, pois criam políticas públicas, projetos, programas que agem na assistência aos estudantes, tanto no setor público ou privado empresarial e filantrópico.

Diante do levantamento realizado pelo GT Nacional sobre a inserção e atuação de assistentes sociais na Política de Educação, foram observadas irregularidades no procedimento que buscam assegurar acesso e permanência. As ações que assegurem a permanência dos estudantes em vários níveis da política educacional ainda são umas das principais pautas de luta dos movimentos sociais e, em particular, do movimento estudantil hoje. Portanto, por parte do estado, a garantia dessa permanência de estudantes é mínima. Sendo

A maioria sob a forma de “políticas de assistência estudantil”, estabelecimentos universitários e de educação profissional e tecnológica de nível federal, com extensões ainda incipientes e polêmicas para os/as estudantes integrantes do PROUNI e do EaD. (CFESS, 2012, p. 42)

Observa-se algo muito distante de se estabelecer e transpor os vários níveis de modalidade da política educacional e que se concretize. As dimensões profissionais do assistente social no âmbito da política educacional trazem uma articulação para sua atuação. No entanto ressalta-se a dimensão de uma intervenção junto aos movimentos sociais é fundamental, a inserção desses sujeitos

coletivos na luta pela ampliação dos direitos sociais e, em particular, do direito a uma educação pública, laica e de qualidade, voltada para os interesses da classe trabalhadora. Nota-se uma diferença nas formas de atuação profissional entre aqueles assistentes sociais que desenvolvem suas ações nos estabelecimentos formais de educação e outros que as desenvolvem no campo da educação popular, o segundo merece destaque, pois possibilitará esse profissional ampliar sua visão, com conteúdos que versem sobre as lutas sociais. Diante disso podemos destacar que

A política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir. Mas se reveste hoje, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital. (CFESS, 2012, p. 20)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise bibliográfica feita para a construção deste trabalho de conclusão de curso, pôde-se concluir que a educação no Brasil é um campo que desde os seus primórdios foi feita para atender as necessidades das classes dominantes. Sendo os mais pobres sempre prejudicados neste âmbito, como forma de manutenção de classes, comum ao sistema capitalista. A parte da sociedade economicamente desprivilegiada continuamente se viu refém de uma educação que apesar de atualmente se dizer democrática, sempre se mostrou precária e injusta. Seja pelo método pedagógico aplicado, ou pelas condições oferecidas sem abarcar as mais diversas realidades encontradas no país.

A questão social na educação, que se conceitua pelas problemáticas que afetam a classe operária e conseqüentemente seus filhos, tem forte impacto quando se trata da educação pública no Brasil. Esta tem como método sanatório as políticas sociais, políticas que apesar de serem expostas como um privilégio da classe trabalhadora, na verdade tratam-se de um mecanismo favorecedor das classes dominantes. Demonstrando assim, como o capitalismo só deixa passar aquilo que beneficia aqueles que detém do capital. Portanto, estas políticas são constituídas por inúmeras controvérsias, criadoras de “buracos” que as afastam de uma efetiva resolução das chamadas expressões da questão social.

Os e as profissionais do Serviço Social, possuem um caminho muito amplo pela frente no que se trata a execução do seu trabalho na educação. Principalmente com o embate perceptível de que as instituições de educação querem reduzir o seu trabalho apenas a acesso e permanência; a assistência estudantil; ao atendimento individual de problemáticas, como, violência e evasão escolar, sem trabalhar a dimensão da gestão democrática; a qualidade do ensino; a formação para cidadania e da ampliação de direitos sociais.

Permeando este solo onde sabe-se que o atendimento deve ser muito maior que o atendimento individual, assistência estudantil e que o espaço escolar quer diminuir a categoria a este ponto, o e a assistente social devem estar preparados para criar alternativas no campo educacional.

Para além, entendendo-se o processo de precarização do trabalho, este profissional deve entender que a sua atuação necessita ser conjunta, em um

trabalho multidisciplinar junto a professores, pedagogos e psicólogos. Desta forma, com mutualidade esses profissionais construirão processos a fim de romper com a visão individual e assistencial do e da assistente social.

Ademais, é necessário que os e as atuantes da profissão não se atentem apenas ao espaço escolar para a execução de seus trabalhos, mas também saiam para processos que se correlacionam com outras lutas sociais para a permanência e o bom aproveitamento dos alunos no ambiente escolar. Pois entender a qualidade da educação é extrapolar o espaço da educação escolar, é fortalecer os conselhos setoriais, os movimentos sociais pela educação e a organização dos responsáveis pelos alunos.

É importante ressaltar que todos esses modos de atuação apontados acima, devem ser articulados pelas dimensões ético, política e teórica. Em consonância, há a necessidade de uma dimensão político pedagógica, que não se priva apenas a professores e se configura como essencial para esse processo de formação, para a cidadania e para a garantia de direitos sociais.

Por fim, é importante entender que a escola não é um espaço solitário. De nada será realmente eficaz montar projetos e ideias inovadoras dentro de um ambiente escolar em específico, sem que seja entendido o processo democrático que ocorre onde esta escola encontra-se situada. Entender a gestão democrática no espaço escolar, é compreender para além das instituições democráticas construídas e organizadas dentro da escola, levando-se a um debate político pedagógico do que se trata a democracia em sua essência, do que se trata o papel enquanto cidadão no processo organizacional e de formulação de políticas sociais e de direitos sociais para a comunidade, para a sociedade e para o país.

As expressões da questão social na educação, não são de hoje e estão longe de serem sanadas. Não se deve culpabilizar os funcionários que compõem a escola, muito menos os alunos por essa questão, todos que compõem este ambiente tratam-se de vítimas de uma sociedade desigual, que apenas visa qualificar para melhores condições de vida aqueles que já detém do capital.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. **O assistente social em instituições de Educação Básica**. Revista Brasileira de Educação Básica, Belo Horizonte - online, Vol. 5, Número 22, Janeiro - Maio, 2022, ISSN 2526-1126. Disponível em: <<https://rbeducacaobasica.com.br/o-assistente-social-em-instituicoes-de-educacao-basica/>> Acesso em: 17.07.2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 4.024/1961. BRASIL.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. ano 1990, Disponível em:<https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 2019.
- _____, **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília, 2012.
- _____, **Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília, 2012.
- FALEIROS, V. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência social**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em Debate**. Cortez Editora. 3 edição.2010. São Paulo, 2010.
- SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 43ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.